

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2019
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputados: Julio Garcia
Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Cumprimenta plateia nas galerias que vieram reivindicar a derrubada do veto ao projeto que destina recursos aos hospitais filantrópicos.

Registra a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Eletrosul em Santa Catarina, que pautará para que a sede da empresa permaneça no estado e lembra que, entre outros itens, no aspecto econômico existem servidores que geram renda e receita de ICMS para o estado.

Aborda a questão das obras da nova adutora de 57 km na região oeste do estado, que contribuirá

para o acesso a água aos moradores de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta, bem como dois reservatórios, em Xaxim e Xanxerê. Enumera, anualmente, a partir de 2014 até 2018, os tramites para a execução da obra e agora está faltando que o governo federal libere os recursos para dar continuidade, pois sua conclusão trará benefícios econômicos para o oeste catarinense por 30 anos. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Inicia seu discurso comentando que a enchente no Rio de Janeiro não é obra do acaso, mas sim resultado da irresponsabilidade e falta de planejamento para enfrentar enchentes, por parte dos gestores públicos da cidade. Frisa que as tragédias causadas pela chuva sempre acontecem com a parcela da população que possui pouco poder aquisitivo.

Informa que não há investimento na prevenção, a qual deveria ser devidamente realizada em todos os estados da Federação para evitar prejuízos à população, e óbitos. Ressalta que o governo deve enfrentar a urbanização desenfreada em áreas de risco e planejar uma solução visando o futuro.

Afirma que o Ministro da Tecnologia e o Ministro do Meio Ambiente menosprezam os fatores climáticos. Finaliza, informando que os cientistas confirmaram que as catástrofes climáticas se tornarão mais comuns e reitera a necessidade de prevenções para proteger os cidadãos.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Parabeniza o deputado pelo discurso e afirma que há falta de medidas preventivas, pois obras de tubulação subterrânea não aparecem e não dão voto.

Deputado João Amin (Aparteante) - Enaltece o deputado pelo assunto trazido ao Parlamento. Comenta que também já sofreu com as enchentes e frisa a importância da prevenção.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Informa que Itajaí possui cinco mil pessoas em áreas de risco. Cita um exemplo de prevenção feito

em Jaraguá do Sul e reforça a importância das medidas de prevenção. [Taquígrafa: Sílvia]

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Comunica que, na presente data, será realizada a primeira reunião da Frente Parlamentar de Segurança Pública e Privada, às 17h, no Plenarinho. Aproveita a oportunidade e estende o convite a todos os colegas parlamentares, aos agentes de segurança privada da cidade de Florianópolis, aos amigos e irmãos de farda, os policiais civis, enfim, todas as pessoas que estão ligadas ao ramo da segurança, tanto pública como privada. Explica que esta Frente Parlamentar visa proteção das instituições, para assegurar a todos a perpetuação das carreiras, e que todos que participam possam ter a oportunidade de deixar a sua opinião. Também a Frente têm o objetivo da criação de fóruns para a participação de todos os envolvidos.

Finaliza, acrescentando que ficará muito feliz com a presença de todos. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Orador) - Inicia o discurso comunicando que será contra o veto ao projeto que destina 10% do Fundo Estadual de Saúde para os hospitais filantrópicos, pois argumenta que os hospitais filantrópicos são muito importantes para o estado.

Relata que, no último final de semana, o OASE - Hospital e Maternidade, de Timbó, comunicou à imprensa que atrasaria os salários dos funcionários por falta de pagamento do estado aos serviços prestados. Afirma que essa é uma realidade de muitos hospitais filantrópicos e narra que, no passado, o mesmo hospital também correu risco de fechar, mas, através de uma força conjunta dos municípios próximos, empresários e comunidade conseguiram solucionar a questão financeira, dando estabilidade ao hospital.

Informa que, no mês de março, entregou ao governador Moisés um documento, solicitando o montante que o estado deve aos hospitais, para arquitetar uma solução em busca da estabilidade dos mesmos.

Conclui, parabenizando o governador Moisés por ter efetuado parte do pagamento ao hospital OASE de Timbó. E reitera que a derrubada do veto deve ser prioridade no Parlamento para ajudar todos os hospitais filantrópicos de Santa Catarina. [Taquígrafa: Ana Maria]

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN (Orador) - Propõe uma reflexão acerca das escolas públicas, cogitando maior engajamento dos pais de estudantes junto aos gestores e educadores das instituições. Para exemplificar sua ideia, faz um paralelo com as Apaes, onde o apoio de voluntários possibilita que a associação desfrute de uma ótima estrutura.

Ressalta a dificuldade de manter um colégio público somente com a verba destinada para este fim. Critica a proibição das cantinas, pois as mesmas ajudam a arrecadar fundos revertidos para a manutenção escolar.

Conclui, solicitando maior envolvimento dos pais na vida estudantil de seus filhos, preocupando-se com as condições que estão sendo oferecidas, e, se possível, ajudando com doações que contribuirão para melhorar a qualidade da educação pública. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Saúda aqueles que estão no plenário para acompanhar a votação ao veto da destinação de recursos aos hospitais, manifestando apoio aos mesmos.

Informa que acompanhou o secretário da Infraestrutura do estado, Carlos Hassler, em visita ao oeste catarinense para conhecer a realidade da SC-160, alguns trechos de rodovias estaduais, a precariedade em que se encontram. Na ocasião, aproveitou para apresentar ao secretário o consórcio de asfalto que envolve os municípios de Pinhalzinho, Saudades, Modelo, Nova Erechim, Serra Alta, Sul Brasil, Campo Erê, Saltinho, Bom Jesus do Oeste, Cunha Porã, Palmitos, Cunhataí, São Carlos e Águas de Chapecó. Também conheceram o consórcio os três supervisores regionais do Deinfra, de Chapecó, Joaçaba e São Miguel do Oeste.

Registra que existe o estudo da viabilidade de convênio, parceria entre o governo do estado e os consórcios públicos para ajudar na recuperação e manutenção das rodovias catarinenses. Ressalta que o próprio secretário relatou que tem um limite financeiro de R\$ 2 milhões/mês para recuperar todas as rodovias, mas o estado precisa mais de R\$ 800 milhões para recuperar tais estradas.

Considera importante que o governo do estado tenha a iniciativa de buscar essas experiências e reconhece a disponibilidade do secretário em ir conhecer o oeste e as suas estradas, numa postura bem diferente do governo do estado se comparado ao governo federal. Espera que essas parcerias se realizem para que sejam recuperadas, de uma vez por todas, as estradas catarinenses.

Aproveita a oportunidade para falar da criação da Frente Parlamentar em Defesa das Empresas Públicas Celesc, Casan, Epagri, Cidasc e as demais, por entender a diferença e a importância que tem a empresa pública, pois, sendo privada, o lucro tem que ser financeiro e, sendo pública, o lucro é o maior atendimento à população. Fala também sobre a audiência pública que será realizada na Casa para discutir a Celesc, esta grande empresa e a sua atuação no estado.
[Taquígrafa: Sara]

Partidos Políticos

Partido: MDB

DEPUTADO ROMILDO TITON (Orador) - Relembra para os colegas que estão na Casa desde 2009, e aos atuais que, em 13 de abril do citado ano, o governador e senador Luiz Henrique da Silveira sancionou o Código Ambiental de Santa Catarina, ato realizado no município de Campos Novos para valorizar a região produtiva do oeste, sem nenhum veto. E, ao completar dez anos de existência, reforça a necessidade de ser aperfeiçoado à medida que passa o tempo.

Comenta que o código catarinense foi pioneiro ao criar uma legislação voltada para as

características específicas e à realidade econômica do estado, pois o Código Florestal Brasileiro era abrangente e criava uma insegurança jurídica, assim Santa Catarina influenciou o governo federal e o Congresso Nacional a reformular o Código Florestal Brasileiro. Aborda que o consenso ajudou a fazer o Código Ambiental, pois foram oito meses de discussões, e contou com apoio de segmentos da sociedade organizada de Santa Catarina, bem como empresas e instituições que cederam seus profissionais especialistas em área ambiental para contribuir e escrever os artigos corretamente, pois se obteve argumentos científicos.

Acentua que muitas audiências públicas foram realizadas no estado com a participação de produtores, empresários do agronegócio, instituições dos mais diversos segmentos, que deram sugestão e apoio, confirmando que foi feito por várias mãos, pessoas que ajudaram.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Corrobora a fala do deputado e comenta sobre o aperfeiçoamento que há no código para melhorar a vida do produtor catarinense. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PSL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Inicia o discurso informando o pedido das comunidades dos bairros Limoeiro e Brilhante, de Brusque, entorno da Rodovia Antônio Heil, que solicitam por mais segurança e uma melhor sinalização da Rodovia Antônio Heil, no trecho que compreende Brusque e Itajaí. Exibe no telão um vídeo com depoimentos dos moradores da região sobre os itens pedidos pelos moradores. Comunica que solicitou ao governador e ao secretário de estado da Segurança Pública a instalação de um posto da Polícia Militar ou reforço nas rondas na região de Brusque, principalmente nos bairros Brilhante e Limoeiro.

Relata que, enquanto professora, transitava todos os dias pela citada rodovia e quase se acidentou por conta da má sinalização da estrada.

Informa que a sinalização continua péssima e que, inclusive, causou uma morte. Também, por meio de vídeo, mostra os depoimentos dos moradores relatando a falta de sinalização. Informa que solicitou ao governador e ao secretário de estado da Infraestrutura a continuação, com urgência, das obras de manutenção e sinalização da referida rodovia.

Deputado Coronel Mocellin (Aparteante) - Concorda com a fala da deputada e acrescenta que a rodovia precisa de uma travessia segura para os pedestres e um retorno coerente. Lamenta a paralisação da obra e espera que o governador resolva esse problema que vem de outro governo. [Taquígrafa: Sílvia]

Partido: PSB

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Inicia demonstrando a preocupação unânime do setor produtivo, justificando que atualmente quem produz no estado de Santa Catarina, principalmente o pequeno empreendedor varejista, terá que cumprir as exigências do Bloco X, que tem como objetivo possibilitar ao fisco melhor acompanhamento e fiscalização das transações de venda através da emissão de cupons. Comenta que a ação é excesso de burocracia para o empresário. Destaca que o estado está transferindo o que não consegue fazer e fiscalizar, e está passando o custo, o ônus, para o setor privado, está terceirizando a sua função, já que a responsabilidade de fiscalizar é sua.

Convida todos os colegas deputados para lutar pela prorrogação do prazo do Bloco X, até convencer o governo estadual a mudar este sistema e revogar esta obrigação, também mudar sua forma de gestão fiscal. Reitera convite aos mesmos para que, na próxima quinta-feira, participem de reunião no CRCSC - Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para, juntamente com diversas entidades, fazer o governo entender a importância da questão.

Encerra, afirmando que esta obrigação com o Bloco X vai transtornar a vida e o dia do

empreendedor catarinense. A causa é da Casa Legislativa e de todos que têm sensibilidade com quem emprega e gera renda.

Deputado Marcius Machado (Aparteante) -
Parabeniza o deputado pela iniciativa e afirma sua contribuição nessa luta. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PT

DEPUTADO PADRE PEDRO (Orador) - Inicia o discurso, abordando o Projeto da Reforma da Previdência, encaminhado ao Congresso Nacional. Cita que o mesmo atingirá negativamente os agricultores e trabalhadores brasileiros. Argumenta que o sistema de capitalização trará malefícios para a população em todos os setores, principalmente no setor agrícola.

Faz uma reflexão sobre o impacto que essa reforma causará em Santa Catarina. Informa que 20,37% dos catarinenses são beneficiários do INSS, que, em 2017, totalizou um repasse no valor de aproximadamente R\$ 23 bilhões, equiparando-se basicamente ao orçamento de Santa Catarina naquele ano. Comunica que este valor do INSS será deflacionado e repercutirá no custeio e na qualidade de vida de todos os catarinenses.

Lamenta o risco que essa reforma está trazendo, deixando de lado o modelo solidário público e aplicando um sistema de capitalização, que remove a participação da parte patronal e do setor público. Finaliza apelando para que, de forma coletiva, todo povo brasileiro vá à luta contra a proposta do governo federal. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -
Suspende a sessão até o início da Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, pedido de adiamento de votação da Mensagem de Veto n. 00041/2019.

Consulta o autor, deputado Maurício Eskudlark, se mantém o requerimento, uma vez que houve reunião com lideranças do setor.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Mantém o requerimento e solicita um prazo de 20 dias para que a secretaria e o governador recebam a Associação dos Hospitais e debatam a questão. Pede a compreensão dos líderes e do deputado José Milton Scheffer, autor da matéria, para que o projeto permaneça na Presidência pelo prazo de 20 dias, e nesse tempo possa haver uma conversação para verificar qual encaminhamento será dado ao projeto.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Vencida esta preliminar, está mantido o requerimento que é vazado nos seguintes termos:

(Passa a ler)

"O Deputado que subscreve o presente requerimento, na forma do Art. 260 do Regimento Interno, na qualidade de líder do governo, solicita a v. exa. o adiamento da votação da Mensagem de Veto n. 00041/2019, pautada para a sessão plenária do dia 10 de abril de 2019.

Insta salientar que a mensagem de veto trata do PL/246/2018, de autoria do governo do estado, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2019.

Ante o exposto, com fulcro no Art. 260 do Regimento Interno, e atendendo as demandas de que trata o presente projeto, solicito o adiamento da votação da Mensagem de Veto n. 00041/2019."

Assina o requerimento, o deputado Maurício Eskudlark, Líder do Governo.

Está em discussão o Requerimento.

Discutiram o requerimento os srs. deputados: José Milton Scheffer, Laércio Schuster, Neodi Saretta, Milton Hobus, Jessé Lopes, Ivan Naatz, João Amin e Luiz Fernando Vampiro.

Está em votação o requerimento.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o requerimento que adia a votação do veto, e os que votarem "não" rejeitam o requerimento que pede o adiamento.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADA MARLENE FENGLER	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	não
DEPUTADO RICARDO ALBA	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos quatro votos "sim", 28 votos "não" e nenhuma abstenção.

Rejeitado o requerimento.

Está vencido o requerimento. Passa à discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00041/2019, de autoria do governo do estado, que dispõe sobre o veto parcial ao PL/246/18, de autoria do governador do estado, que estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2019.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto aos arts. 13, 15 e 16; à Parte 5 do Anexo Único e à Emenda Parlamentar não impositiva n. 1040, constante da Parte 8 do Anexo Único.

Parecer da comissão de Constituição e Justiça pela Rejeição do Veto aos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 6º e ao art. 14.

Em discussão.

Discutiram a matéria os srs. deputados: Marcius Machado, Milton Hobus, José Milton Scheffer, Volnei Weber, Paulinha, Maurício Eskudlark, Luiz Fernando Vampiro, Ana Campagnolo, Valdir Cobalchini e Dr. Vicente Caropreso.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Tendo em vista aproximar-se o horário para o início da reunião das comissões, e manifestando preocupação com o quórum, solicita à Presidência que seja aberto o painel para votação, enquanto os demais deputados discutem a matéria.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Consulta os srs. líderes sobre a proposta do deputado José Milton Scheffer.

(As lideranças aquiescem.)

Havendo a concordância de todos os srs. líderes, a Presidência, antes de determinar a abertura do painel, submete à votação, sem prejuízo da continuidade das manifestações, do Veto aos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 6º. Veto aos arts. 13, 14, 15 e 16; à Parte 5 do Anexo Único, intitulado "Emendas Parlamentares Exercício Financeiro 2017 - Detalhamento", bem como a Emenda Parlamentar Não Impositiva n. 1040, constante da Parte 8 do Anexo Único, intitulada "Emendas

Parlamentares Não Impositivas Exercício Financeiro 2018 - Detalhamento".

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

A Presidência comunica que só vai abrir a votação após encerradas as manifestações, e determina a abertura do painel para que os srs. deputados possam exercer o seu direito de voto.

Continua em discussão.

Continuaram a discussão da matéria os srs. deputados: Neodi Saretta, Moacir Sopelsa, Marcos Vieira, Ivan Naatz, Mauro de Nadal, Fabiano da Luz, Luciane Carminatti, Nilso Berlanda, Bruno Souza e Jessé Lopes.

Não havendo mais quem queira discutir, encerra a discussão.

Continua em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	não
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	não
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	
DEPUTADO JOÃO AMIN	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não

DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADA MARLENE FENGLER	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	não
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	não
DEPUTADO RICARDO ALBA	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	não
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 34 senhores deputados.

Temos um voto "sim", 32 votos "não" e nenhuma abstenção.

A Presidência acatou a manifestação do deputado Jessé Lopes, fora do sistema eletrônico de votação, favorável ao veto, totalizando assim dois votos "sim".

Está derrubado o veto ao PL n. 246/18.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Registra que este veto tem seis vetos, na verdade, são seis artigos. Dois artigos tratam dos hospitais, e os demais tratam de outras questões.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Esclarece que quando a matéria foi colocada em votação, leu que estaria sendo votado o Veto aos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 6º. Veto aos arts. 13, 14, 15 e 16; à Parte 5 do Anexo Único, intitulado "Emendas Parlamentares Exercício Financeiro 2017 - Detalhamento", bem como a Emenda Parlamentar Não Impositiva n. 1040, constante da Parte 8 do Anexo Único, intitulada "Emendas Parlamentares Não Impositivas Exercício Financeiro 2018 - Detalhamento".

Desta forma, explica que foi votado o que acabou de ler novamente. Não houve nenhum pedido de destaque. Para votação em separado, deveria ter havido pedido de destaque. Isso é o que foi votado e o resultado já foi anunciado.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Agradece ao sr. Presidente.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Requer a Presidência que se coloque em discussão e votação o Veto do PPA. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Discussão e votação da Mensagem de Veto n. 0040/2019, que dispõe sobre veto parcial ao PL n. 247/18, de autoria do governador do estado, que altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, aprovado pela Lei n. 16.859, de 2015.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. deputados: Luiz Fernando Vampiro, João Amin e Maurício Eskudlark.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	não
DEPUTADO BRUNO SOUZA	sim
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN	sim
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO	não
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO	
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	não
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	
DEPUTADO IVAN NAATZ	não
DEPUTADO JAIR MIOTTO	não
DEPUTADO JERRY COMPER	não
DEPUTADO JESSÉ LOPES	sim
DEPUTADO JOÃO AMIN	não

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER	não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	não
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	não
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	não
DEPUTADA MARLENE FENGLER	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	não
DEPUTADO MILTON HOBUS	não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	não
DEPUTADO NAZARENO MARTINS	
DEPUTADO NEODI SARETTA	não
DEPUTADO NILSO BERLANDA	não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADA PAULINHA	não
DEPUTADO RICARDO ALBA	não
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	não
DEPUTADO SARGENTO LIMA	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	não
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	não
DEPUTADO VOLNEI WEBER	não

Está encerrada a votação.

Votaram 32 srs. deputados.

Temos cinco votos "sim", 27 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está derrubado o veto.

A Presidência consulta os srs. líderes se prossegue ou transfere a votação dos vetos para terça-feira, em função da posse do procurador-geral.

(As lideranças concordam em transferir a votação.)

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Também, a Presidência comunica que, de comum acordo com os membros da CPI da Ponte, foi convocada a reunião para amanhã, às 10h.

Igualmente, a Presidência comunica que os presidentes da comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon; de Finanças e Tributação, deputado Marcos Vieira; e a de Trabalho,

Administração e Serviço Público, deputada Paulinha, juntamente com os respectivos relatores: comissão de Constituição e Justiça, deputado Luiz Fernando Vampiro; de Finanças e Tributação, deputado Milton Hobus; e a de Trabalho, Administração e Serviço Público, deputado Volnei Weber, elaboraram um calendário de tramitação da proposta de reforma encaminhada pelo governo a esta Casa.

Cita as datas: 11/04 - vista coletiva para todos os deputados; 17/04 - data limite para solicitação de audiências públicas; 23/04 - reunião conjunta das comissões; 22 a 25/04 - período para realização das audiências públicas; até 30/04 - prazo final para apresentação de emendas parlamentares de bancadas e de blocos parlamentares; 06/05 - prazo final para apresentação de emenda de líderes; 14/05 - apresentação do relatório conclusivo em conjunto pelos relatores; 14/05 - vista coletiva do relatório conclusivo; 21/05 - discussão e votação do relatório conclusivo nas comissões; 22/05 - votação em Plenário; 23/05 - redação final e autógrafo. Com esse cronograma, os srs. deputados cumprirão o prazo regimental para apreciação da matéria.

Cumprimenta os presidentes e membros das comissões, bem como os relatores pelo entendimento que vai permitir que a Assembleia se manifeste, no prazo hábil, de acordo com o Regimento, uma vez que a proposta de reforma do governo veio, a esta Casa, em regime urgência. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental. *[Revisão: Taquígrafa Sara]*